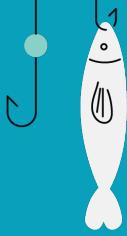


Uma transição justa para pescas justas e de baixo impacto na Europa



A transição de práticas pesqueiras destrutivas para pescas de baixo impacto, economicamente viáveis e socialmente inclusivas requer mais do que uma visão partilhada. Exige uma ação deliberada e coordenada para não só restaurar os ecossistemas e as populações de peixes, mas também para remodelar os sistemas alimentares, dando prioridade ao uso dos recursos pesqueiros para o consumo humano local direto.

Tal mudança só é possível através de uma transição justa – uma que enfatize a qualidade em detrimento da quantidade, valorize meios de subsistência e emprego sustentáveis, e assegure que os benefícios das atividades pesqueiras sejam partilhados nas comunidades locais. Esta transição deve ser organizada de forma a distribuir de forma justa tanto os custos como os benefícios da mudança ecológica, sem atribuir a culpa pelos desafios atuais ou futuros à própria transição. É essencial reconhecer a transição como uma resposta necessária às necessidades ambientais e sociais prementes, e não como a principal causa de dificuldades económicas ou sociais mais amplas.

Embora esta transição ecológica e social seja um objetivo vital, inevitavelmente trará perturbações a curto e médio prazo, incluindo encargos de investimento, incertezas de mercado e alterações aos modelos de negócio existentes. Para garantir justiça e maximizar as hipóteses de aceitação e sucesso a longo prazo da transição, é necessário apoio específico para os mais afetados. Ao mesmo tempo, devem ser criadas oportunidades ativamente para aqueles que podem beneficiar. O ritmo da mudança também deve ser realista, permitindo tempo para a adaptação.



Como implementar uma transição para pescas justas e de baixo impacto

Para concretizar a Visão, a transição deve ser implementada através de um roteiro concreto e prático que incorpore as seguintes ações-chave:

1. Iniciar a transição para pescas de baixo impacto
2. Restaurar populações de peixes e ecossistemas marinhos
3. Adotar uma abordagem diferenciada para proteger a pesca de pequena escala e de baixo impacto
4. Garantir uma representação justa e tomada de decisão partilhada para todos os pescadores
5. Utilizar o dinheiro público para o bem público
6. Estabelecer a cogestão nas Áreas Marinhas Protegidas e um Ordenamento do Espaço Marítimo inclusivo
7. Desenvolver um plano de ação 'mulheres nas pescas'
8. Facilitar a renovação geracional e a diversificação das atividades
9. Reforçar a transparência e a monitorização
10. Promover a aquacultura de baixo nível trófico e multi-trófica regenerativa
11. Promover uma nova cultura de produtos do mar
12. Pôr fim à sobre-exploração das águas de países terceiros e águas internacionais
13. Garantir que as importações de produtos do mar cumprem as normas da UE

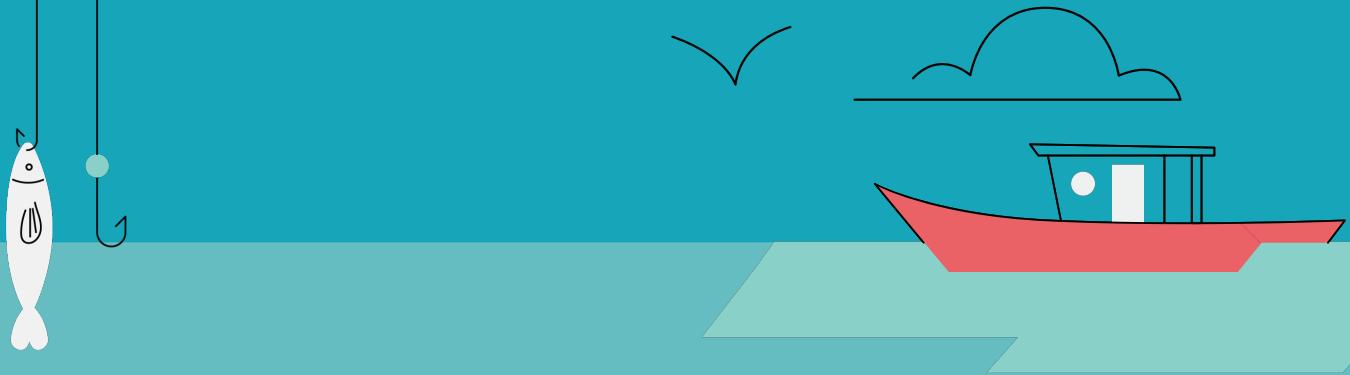
Esta Visão para pescas justas e de baixo impacto na Europa foi desenvolvida com uma abordagem de baixo para cima, promovida pela Low Impact Fishers of Europe e a Seas at Risk, incorporando as perspetivas de um grupo diversificado de especialistas da comunidade piscatória, comerciantes de pescado, ONG ambientais, cientistas e instituições.

Entre em ação! Apoie a visão em:
www.rethinkfisheries.eu



Este trabalho foi financiado com o apoio do Oceans 5, Patagonia e do programa LIFE da UE. O conteúdo deste trabalho não deve ser considerado como refletindo a posição dos financiadores.





Rethink Fisheries

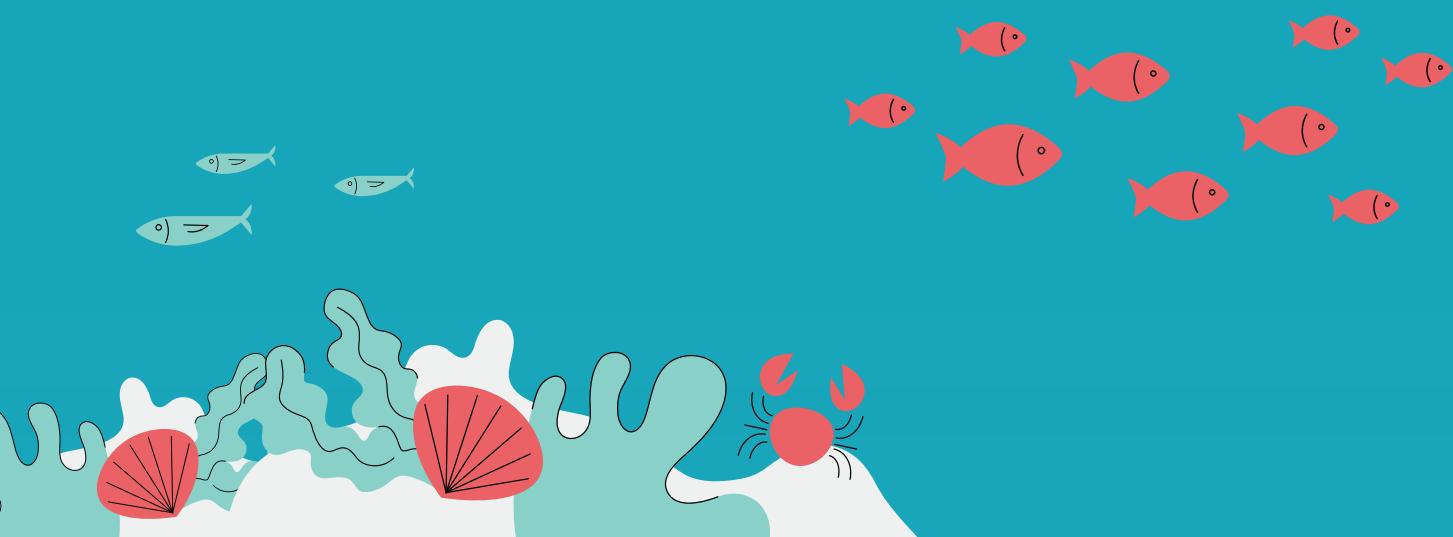
Uma visão para pescas justas e de baixo impacto

As pescas europeias encontram-se numa encruzilhada. A sobrepesca, as alterações climáticas, a poluição e as crescentes desigualdades no setor estão a esgotar as populações de peixes, a ameaçar a biodiversidade marinha e a empurrar os pescadores de pequena escala para o limite. O sistema atual falha em equilibrar as necessidades económicas com a proteção ambiental, agravando tanto as crises ecológicas como sociais.

Uma coisa é certa: não pode haver pesca sem peixes. À medida que o mundo passa por rápidas mudanças ecológicas e sociais, a pesca também tem de evoluir. O futuro reside em sistemas de pesca de baixo carbono e baixo impacto que conservem a biodiversidade, restaurem as funções dos ecossistemas, defendam a justiça social e garantam que o espaço e os recursos marinhos sejam partilhados de forma justa.

A Visão traça um caminho para uma pesca justa e de baixo impacto na Europa. Apela a uma transformação profunda que exige uma redução drástica dos impactos ambientais, a descarbonização do setor, o desenvolvimento da adaptabilidade às mudanças globais e a restauração da viabilidade económica, da relevância cultural e da atratividade das comunidades pesqueiras.

A Visão fornece um quadro orientador para moldar, informar e melhorar continuamente as ações ao longo do tempo, inspirando mudanças progressivas nos próximos anos.





PROpósito – Um oceano próspero, comunidades prósperas.

1. Pescas justas e de baixo impacto capacitam comunidades costeiras vibrantes, garantindo ecossistemas saudáveis e meios de subsistência dignos, cuja prioridade principal é produzir alimentos para consumo humano direto.
2. Os pescadores muitas vezes possuem o seu próprio barco, vivem e trabalham onde pescam, estando profundamente enraizados nas suas comunidades.
3. Os pescadores de baixo impacto são reconhecidos e recompensados como guardiões dos mares de que dependem.
4. O acesso aos recursos naturais é justo e equitativo. Os direitos de pesca são geridos coletivamente, de forma transparente, com base em critérios ambientais e socioeconómicos, não estando sujeitos a privatização.

CULTURA – Pescar e consumir com respeito pelo oceano e pela própria vida.

5. Os seres humanos são vistos como parte da natureza e as necessidades humanas são satisfeitas dentro dos limites planetários.
6. A pesca respeita a vida marinha: sem sofrimento desnecessário, sem vidas desperdiçadas.
7. Todos têm direito a alimentos seguros e nutritivos e à soberania alimentar com base nas necessidades alimentares reais, sem comprometer outros ou as gerações futuras.



respeito

atureza e as
dos limites

nto

titivos
idades

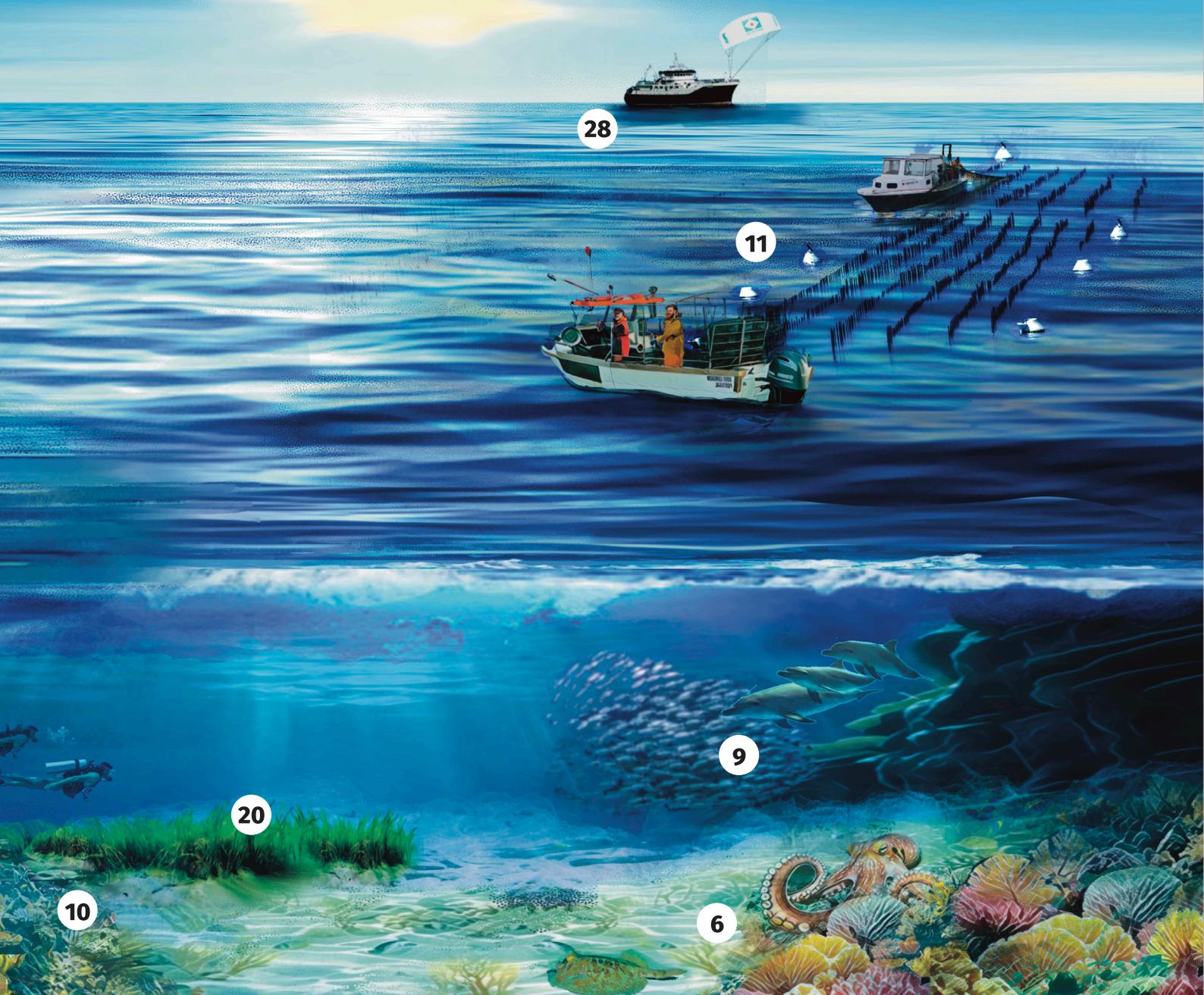
territórios ou

RECURSOS - Pescar em equilíbrio com a natureza.

8. O pescado é capturado utilizando uma diversidade de práticas de baixo impacto, baseadas em métodos seletivos e de baixo volume que respeitam a sazonalidade e os ciclos naturais.
9. A pesca é sempre feita dentro dos limites de ecossistemas saudáveis.
10. A pesca causa uma perturbação mínima ao fundo marinho, habitats, juvenis, espécies sensíveis e espécies não alvo.
11. A aquacultura de baixo impacto respeita os ecossistemas marinhos e fornece produtos sustentáveis e nutritivos.
12. Métodos de alto impacto, incluindo os arrastões, são gradualmente substituídos por técnicas de pesca mais ecológicas e de baixo consumo energético.
13. A pesca fantasma causada por artes de pesca abandonadas ou perdidas é evitada.

TRABALHO - Meios de subsistência para comunidades resilientes

14. Justiça, equidade e uma abordagem inclusiva garantem um trabalho digno e remunerado.
15. Os trabalhadores desfrutam de condições de trabalho seguras, equilíbrio entre vida profissional e pessoal, e proteção social, estando organizados e dedicadas.
16. As mulheres são reconhecidas e valorizadas.
17. A pesca é um setor atrativo. A recuperação da indústria pesqueira é sustentável.
18. Cadeias de valor curtas e transparentes, com uma relação direta entre o consumidor e o pescador.
19. A descarbonização das embarcações e das pescas.
20. O armazenamento natural de carbono é protegido contra alterações climáticas.
21. O sistema alimentar, desde a pesca até o consumo, é livre de desperdício e segue os princípios da sustentabilidade.
22. Empregos e práticas locais dignos e remunerados são assegurados e maximizados.



osistência justos e

agem baseada nos direitos humanos
n toda a cadeia de valor.
e condições seguras e dignas, melhor
al e pessoal, rendimentos adequados
anizados em estruturas democráticas

e beneficiam de oportunidades iguais.
enovação geracional é uma realidade.
parentes estabelecem uma ligação
produtor.

ações minimiza o impacto climático

arbono contribui para o combate às

rodução ao consumo, minimiza o
os da economia circular.

os dentro dos limites ecológicos são

GOVERNANÇA - O oceano gerido coletivamente e de forma responsável.

23. Os recursos marinhos são tratados como um bem público partilhado, gerido de forma equitativa para as gerações presentes e futuras.
24. O dinheiro público é usado exclusivamente para o bem público.
25. Esquemas de governação participativa inclusiva permitem uma gestão adaptativa e eficiente e orientam a co-responsabilidade entre os intervenientes locais em 100% das áreas costeiras.
26. A experiência e o conhecimento dos pescadores são valorizados na gestão das pescas através da co-gestão e co-desenvolvimento de soluções.
27. Pescadores e outros trabalhadores da economia dos produtos do mar podem complementar os seus rendimentos e diversificar as suas atividades, apoiados por formações.
28. As áreas costeiras atuam como zonas regenerativas para a proteção da biodiversidade e pesca de baixo impacto.
29. A rastreabilidade de ponta a ponta é alcançada através de documentação transparente das pescas e sistemas confiáveis de garantia de qualidade que destacam o valor acrescentado e a história do produto.